



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Fibrasa S/A, submete à apreciação dos Senhores acionistas as Demonstrações Financeiras da Companhia, com o extrato do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Serra/ES, março de 2024.

Aviso: As Demonstrações Financeiras apresentadas a seguir são Demonstrações Financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. O relatório de opinião dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras completas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) da Fibrasa S.A. foi emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda. em 18 de março de 2024, sem modificações. A íntegra das demonstrações financeiras da Companhia e do relatório dos auditores independentes encontram-se disponíveis na empresa e nos seguintes endereços eletrônicos: institucional@fibrasa.com.br

Balancão Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota Explicativa	Em 31 de Dezembro de 2023	Em 31 de Dezembro de 2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	41.040	56.946
Contas a receber de clientes	5	145.271	140.637
Estoques	6	58.228	52.331
Tributos a recuperar	7	1.908	1.211
Adiantamento a fornecedores		1.929	6.566
Despesas Antecipadas		1.034	374
Outros créditos		3.662	481
Total do ativo circulante		253.072	258.546
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos Judiciais	15	5.058	4.604
Impostos a Recuperar	7	-	712
Outros créditos		27	27
		5.085	5.325
Imobilizado	8	223.892	149.170
Intangível	9	1.534	969
		225.426	150.157
Total do ativo não circulante		230.511	155.482
Total do ativo		483.583	414.028

PASSIVO	Nota Explicativa	Em 31 de Dezembro de 2023	Em 31 de Dezembro de 2022
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	27.926	16.675
Empréstimos e financiamentos	11	12.367	18.456
Obrigações trabalhistas	12	9.954	8.900
Obrigações tributárias	13	3.842	4.219
Imposto de renda e contribuição Social	13	552	893
Operações de arrendamento	16	5.394	3.278
Comissões a pagar		1.834	4.778
Outras contas a pagar	14	4.694	4.863
Operações com Derivativos		-	472
Dividendos a Distribuir		1.285	-
Total do Passivo Circulante		67.848	62.535
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	11	4.245	16.008
Obrigações tributárias	13	2.214	1.758
Imposto de renda e contribuição social	13	1.422	1.571
Tributos Diferidos		189	189
Provisão para Contingências	15	209	209
Operações de arrendamento	16	3.650	996
Outras Obrigações		6.109	6.108
Operações com Derivativos		-	339
Total do Passivo Não Circulante		18.038	27.179
Patrimônio líquido			
Capital social	17.a	83.141	83.141
Reserva de incentivos fiscais	17.b	302.786	236.966
Reserva legal	17.c	7.916	4.208
Reserva de Lucros	17.d	3.854	-
Total do patrimônio líquido		397.697	324.314
Total do passivo e patrimônio líquido		483.583	414.028

Demonstrações do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	18	472.820	483.378
Custo dos produtos vendidos	19	(312.863)	(325.072)
Lucro bruto		159.957	158.306
Recargas (Despesas) operacionais líquidas			
Despesas de vendas	20	(45.892)	(44.044)
Despesas gerais e administrativas	21	(37.219)	(31.231)
Outras (despesas) operacionais	22	(1.664)	(2.083)
		(84.775)	(77.358)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		75.182	80.948
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	23	10.269	10.443
Despesas financeiras	23	(6.512)	(8.231)
		3.757	2.212
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social		78.939	83.160
Imposto de renda e contribuição social		(4.763)	(5.452)
Lucro líquido do exercício		74.169	77.708
Total de Ações (média ponderada)		5.889	5.886
Lucro por Ação		12,601	13,202

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	74.169	77.708
Outros componentes do resultado abrangente		
Total do resultado abrangente do exercício	74.169	77.708

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	74.169	77.708
Ajustes para conciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Despesas de imposto de renda e contribuição social	4.769	5.452
Depreciação e amortização	15.224	14.006
Encargos financeiros líquidos	3.648	4.755
Amortização do direito de uso	5.903	5.825
Encargos financeiros sobre arrendamento	996	415
Varições no resultado de derivativos a valor justo	-	375
Baixas de ativo imobilizado e intangíveis	1.358	1.689
	106.067	110.226
Redução / (Aumento) nas contas do ativo		
Contas a receber de clientes	(4.634)	(15.948)
Estoques	(5.896)	2.352
Tributos a recuperar	15	21.260
Adiantamentos a fornecedores	4.637	(5.250)
Outras	(4.294)	2.265
	(10.173)	4.680
Fornecedores (Redução) nas contas do passivo		
Obrigações tributárias	11.251	1.867
Obrigações trabalhistas	78	2.455
Obrigações trabalhistas	1.054	1.522
Outras obrigações	(3.112)	1.920
	9.271	7.764
Caixa gerado nas operações	105.165	122.820
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.762)	(4.689)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	100.403	118.131
Atividades de Investimento		
Investimentos		
Aquisições de imobilizado	(86.578)	(35.544)
Aquisições de intangível	(825)	(441)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(87.403)	(35.895)
Atividades de financiamento		
Pagamento do Arrendamento	(6.595)	(5.877)
Recuperação de ações	-	-
Captações de empréstimos e financiamentos	619	619
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(22.311)	(39.498)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(28.906)	(44.756)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(15.906)	37.480
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	56.946	19.466
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	41.040	56.946
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(15.906)	37.480

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Capital social subscrito	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Ações em Tesouraria	Lucros/prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	84.786	162.983	8.701	-	(8.593)	-	247.877
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	77.708	77.708
Redução de Capital	(1.646)	-	-	-	-	-	(1.646)
Constituição da Reserva Legal	-	-	3.885	-	-	(3.885)	-
Reserva Incentivos Fiscais IR Sudene	-	7.443	-	-	-	(7.283)	160
Constituição da reserva de incentivos fiscais	-	66.540	-	-	-	(66.540)	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	8.593	(8.593)	-
Outras Movimentações	-	-	-	-	-	215	215
Prejuízos Acumulados	-	-	(8.378)	-	-	8.378	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	83.141	236.966	4.208	-	-	-	324.314
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	74.169	74.169
Constituição da Reserva Legal	-	-	3.708	-	-	(3.708)	-
Reserva Incentivos Fiscais IR Sudene	-	6.341	-	-	-	(6.341)	-
Constituição da reserva de incentivos fiscais	-	58.981	-	-	-	(58.981)	-
Outras Movimentações	-	498	-	-	-	-	498
Dividendos a Distribuir	-	-	-	-	-	(1.285)	(1.285)
Constituição Reserva de Lucros	-	-	-	3.854	-	(3.854)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	83.140	302.786	7.916	-	-	-	397.697

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fibrasa S.A. ("Companhia"), sendo a matriz com sede no município da Serra/ES e Filial com sede no município de Abreu e Lima/PE, é uma sociedade por ações de capital fechado, com prazo indeterminado de duração, e tem como objetivo a fabricação e comercialização de embalagens plásticas e industriais, chapas, laminados e produtos afins, destinadas principalmente às indústrias de alimentos no mercado nacional. A Companhia solicitou o cancelamento do registro na CVM como Companhia Incentivada pelos recursos oriundos de Incentivos Fiscais do Finor conforme Decreto Lei 1376 de 12/12/1974, conforme processo CVM nº 19957.002079/2023-37 em 06/04/2023. **2. POLÍTICAS CONTÁBEIS**
MATERIAIS. A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **2.1 Base de preparação (a) Declaração de conformidade.** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **(b) Aprovação das Demonstrações Financeiras** As Demonstrações Financeiras da Companhia foram aprovadas e autorizadas pela Administração em 15 de março de 2023. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação** As demonstrações Financeiras estão apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Julgamentos contábeis críticos e principais fontes de incertezas das estimativas** A preparação das demonstrações financeiras exige o uso de estimativas e julgamentos para certas operações que refletem o reconhecimento e a mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela administração. Os resultados reais podem diferir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos materiais aplicados pela Companhia na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas nas notas explicativas a seguir.

Julgamentos contábeis críticos e principais fontes de incerteza das estimativas
Nota
Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - Estimativa
5.a Vida útil dos ativos imobilizados - Julgamento e Estimativa
8 Processos Judiciais e contingências - Julgamento

i. Premissas e estimativas. (a) Nota Explicativa 08 - Perda (impairment) dos ativos não financeiros A Companhia avalia os ativos do imobilizado com vida útil definida quando há indicadores de não recuperação do seu valor contábil. Na aplicação do teste de redução do valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo líquido de venda de um ativo ou seu valor em uso. Para a avaliação do valor recuperável de seus ativos, a Companhia utilizou o valor justo líquido de venda. Com base nas análises da Administração, não foram identificados indicadores de perda para redução do valor recuperável dos saldos dos ativos da Companhia. **(b) Notas explicativas 15 - Processos judiciais e contingências** A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões fiscais e trabalhistas decorrentes do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia, com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração. Informações sobre processos provisionados e contingências estão apresentadas na Nota 15. **(c) Nota explicativa 5.a - Provisão para Perdas de Crédito Esperada** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. **(d) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário** A taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. A adoção do CPC 06(R2), em 2019, permitiu que a taxa incremental fosse determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares. A Companhia adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares. **2.5 - Transações em Moeda Estrangeira.** Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **2.6 - Caixa e Equivalentes de Caixa.** São mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou para outras finalidades. A Companhia considera caixa e equivalentes de caixa, dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor), sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa, quando aplicável, detalhados na Nota 4. **2.7 - Contas a receber de clientes.** As contas a receber de clientes são equivalentes aos valores a receber pela venda de produtos no curso normal das atividades da companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber (Nota 5). **2.8 - Estoques** Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, embalagens, outros custos diretos e os respectivos gastos indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal) (Nota 6). **2.9 - Imobilizado** Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para que o item específico tenha o uso pretendido. Reparos e manutenções, incluindo o custo das peças de reposição, somente são ativados quando for provável que os gastos proporcionem futuros benefícios econômicos para a Companhia. Caso contrário, são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação é reconhecida de modo a alocar o custo dos ativos menos os seus valores residuais ao longo de suas vidas úteis estimadas, utilizando-se o método linear (Nota 8).

2.11 - Empréstimos e financiamentos Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros, de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras (Nota 11). Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.12 - Provisões para riscos trabalhistas, civis e tributários** Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos trabalhistas e civis estão descritos na Nota Explicativa nº 15. **2.13 - Imposto de renda e contribuição social** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil. Para a contribuição social é utilizada a alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Para ambas, quando aplicável, considera-se a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro real do exercício. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio. O encargo de imposto de renda e contribuição social, com alíquota vigente de 34%, é calculado pelo regime de tributação - Lucro Real, com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e quando julga apropriado, estabelece provisões, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. **2.15 - Instrumentos financeiros Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros** A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros são adquiridos pela Companhia tendo como premissa que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro são inicialmente mensurados pelo custo de aquisição ou valor justo, acrescidos os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. A Companhia utiliza derivativos denominados "swaps", em que variação cambial é trocada por juros pré ou pós-fixados, para proteção aos riscos cambiais. **2.16 - Incentivos Fiscais** A Companhia é beneficiária dos seguintes incentivos fiscais estaduais e federais: IR Sudene - Incentivo fiscal federal para o desenvolvimento regional, destinado às Companhias instaladas na região Nordeste do país, com vigência até 2023. O valor das subvenções para investimento consiste em montante equivalente ao resultado da aplicação de até 75% sobre uma base de cálculo legalmente denominada "lucro da exploração", gerado pela unidade industrial incentivada. A subvenção federal é apresentada na Demonstração do Resultado do Exercício como Receita de Incentivos Fiscais - Outras Receitas Operacionais e destinada posteriormente à conta de Reserva de Incentivo Fiscal no Patrimônio Líquido. A Administração da Companhia cumpre todas as exigências para obtenção dessas subvenções, especialmente as relacionadas à comprovação dos investimentos, geração dos empregos, volume de produção e até o momento, entende-se que não foi descumprida qualquer condição cuja inobservância impeça a continuidade do direito de usufruir os benefícios das subvenções governamentais concedidas. Proind/PE - Programa de Estímulo à Indústria do Estado de Pernambuco, instituído através do Decreto 44.766 de 20/07/2017, criado com objetivo de fomentar investimentos na atividade industrial, mediante a concessão de incentivos fiscais através de crédito Presumido de ICMS, com vigência até 2032. Compete/ES - O Programa de Desenvolvimento e Proteção à Economia do Estado do Espírito Santo, regulamentado pela Lei 10.568/2016, tem por objetivo contribuir para a expansão, modernização e diversificação dos setores produtivos do Estado, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica das estruturas produtivas e o aumento da competitividade estadual, com ênfase na manutenção e/ou geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais. Para participar do programa, os setores produtivos assinam o Contrato de Competitividade - COMPETE/ES, no qual assumem o compromisso de aumentar a competitividade das Companhias estabelecidas no Espírito Santo, em relação às similares de outras regiões do país, com a concessão de crédito presumido de ICMS com vigência até 2032. **2.17 - Lucro por ação do capital** O lucro por ação do capital social é calculado com base na média ponderada de ações na data do balanço patrimonial. **2.18 - Reconhecimento de receita com clientes** A receita compreende aumento nos benefícios econômicos durante o período contábil, originado no curso das atividades usuais da entidade, na forma de fluxos de entrada ou aumentos nos ativos ou redução nos passivos que resultam em aumento no patrimônio líquido, e que não sejam provenientes de aportes dos participantes do patrimônio. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, sendo que é reconhecida: (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A receita deve ser reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos Clientes em suas instalações.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Caixa	53	13
Bancos	170	224
Aplicações Financeiras	40.817	56.658
Contas Vinculadas	-	51
		

2004 FIBRASA-BALANCO.pdf

Código do documento: 2004



Assinado por:



NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130
Certificado Digital
E-mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Registro de Eventos:

19 mar 2024, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 2004

Criado por: Mariana Melim **Email:** artemariana@redetribuna.com.br

DATE_ATOM: 2024-03-19T00:01:54-03:00

19 mar 2024, 00:01:54 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2024-03-19T00:01:54-03:00

19 mar 2024, 00:01:54 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130

E-Mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Emissor do Certificado: CN=NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO
JUD:27065150000130, OU=videoconferencia, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, OU=47317285000152, L=VITORIA, S=ES, O=ICP-Brasil, C=BR

DATE_ATOM: 2024-03-19T00:01:54-03:00

Hash do documento original:

[SHA256]: 5fd8b38a750d0216cc698be3db28668bd83c7541e2f936c19470a4030b9d8efb

[SHA512]: fd1b270f66a9ff4132fa7e00df3851e0317c9372d3a032b7d82666413fc6b313fb445450d272648467ce87ae6fad08ee19c14744c45b7597c50e832430ca61ba

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC CONSULTI BRASIL RFB